

Nota Breve 28/10/2022

Portugal · Excedente orçamental em setembro duplica face ao mês anterior (ótica caixa)**Resumo**

- **O saldo consolidado do conjunto das Administrações Públicas (AP), na ótica de caixa, ficou em cerca de 3.0% do PIB no acumulado até setembro¹, o que compara com um défice de 2.9% do PIB em igual período de 2021 e +1.6% nos primeiros 9 meses de 2019. A melhoria face a 2021 resulta do crescimento substancial da receita (+15.5% homólogo), principalmente receita fiscal, e de um crescimento residual da despesa (0.3%). Importa ter presente que a comparação com 2021 é marcada pelos efeitos da pandemia nas contas públicas.**
- Por subsectores,
 - **O défice do Estado melhorou para 0.6% do PIB até setembro (-3.6% até setembro 2021).**
 - **A Segurança Social registou um excedente de 1.6%** (0.3% do PIB até setembro 2021).
 - A Administração Regional e Local, no conjunto, registaram um saldo positivo (0.2%, face a um saldo nulo no período homólogo).

Avaliação

- **Os dados consolidados da execução orçamental para os primeiros 9 meses do ano apontam para um excedente de 3.0% do PIB** (5,253 milhões de euros), o que compara com o défice de 2.9% em igual período de 2021 (-4,692 milhões de euros) e com +1.6% do PIB em igual período de 2019, pré-pandemia (2,588 milhões de euros). Importa recordar que as contas públicas foram fortemente afetadas pelos efeitos adversos da pandemia em 2021, quer ao nível da arrecadação de receita, quer ao nível dos encargos com medidas de apoio às famílias e empresas. Esse impacto é agora menor do que no ano passado; de facto, estimamos que o peso das medidas COVID no PIB tenha atingido cerca de 1.4% do PIB² entre janeiro e setembro deste ano (2.7% em igual período de 2021).
- **A receita aumentou 15.5% homólogo** nos primeiros 9 meses (+10,126 milhões de euros), principalmente explicado pela recuperação da receita fiscal (+7,363 milhões de euros), de onde se destaca a receita de IVA (+2,650 milhões de euros) e IRC (+2,787 milhões de euros). Segue-se ainda o aumento das contribuições para a Segurança Social (+1,676 milhões de euros).
- **A despesa aumentou ligeiramente, 0.3% homólogo até setembro** (+181 milhões de euros), o que é explicado pelo menor impacto das medidas afetas à pandemia, visível na redução das transferências correntes (-187 milhões de euros). Também os encargos com juros caíram (-443 milhões de euros), assim como as transferências de capital (-390 milhões de euros), devido a efeitos de base relacionados com as transferências para o Novo Banco. Em sentido contrário, as despesas com pessoal aumentaram (+443 milhões de euros) e a aquisição de bens e serviços (+733 milhões de euros), justificado, pela DGO, pelo incremento da despesa com produtos vendidos em farmácias (como testes COVID), medicamentos, vacinas COVID e outras despesas com saúde.
- Os dados da execução para os primeiros 9 meses do ano apontam para um **saldo orçamental que pode ficar abaixo dos -1.9% do PIB esperados pelo Governo** (em contabilidade nacional) e **mais em linha com o défice antecipado pelo BPI Research (de 1.5%)**. No entanto, os riscos para a execução orçamental serão mais elevados no próximo ano, com a desaceleração da economia num contexto de crise energética, prolongamento do conflito Rússia-Ucrânia e persistência da inflação em níveis elevados (com a

¹ De acordo com os nossos cálculos e considerando a previsão do BPI Research para o PIB em 2022.

² Para esta estimativa exclui-se algumas medidas incorporadas no quadro 3 – Medidas COVID-19 AP, divulgado pela DGO, e que não dizem respeito a custos relacionados com a pandemia, como os encargos com o programa Autovoucher ou o Programa de apoio a edifícios mais sustentáveis.

necessidade de uma postura mais agressiva por parte do BCE). Este facto terá como consequência o aumento das taxas de juro soberanas, o que constitui um desafio à manutenção da consolidação das contas públicas no médio prazo (facto visível no incremento do encargo com juros esperado pelo Governo para o próximo ano, de 23.7%).

Execução Orçamental do total das Administrações Públicas

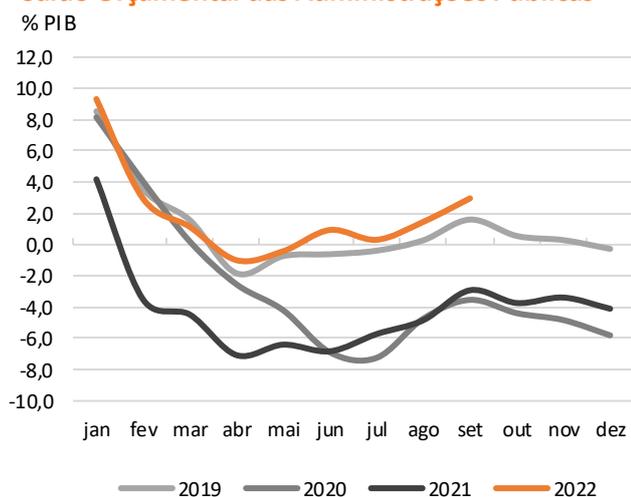
(Dados acumulados até agosto; % PIB, exceto quando mencionado outra medida)

<i>janeiro-setembro</i>	2019	2020	2021	2022	Var. 2022 vs 2019	Var.2022 vs 2021 (milhões euros)
Receitas	40.8	40.5	40.6	42.6	1.8	10,126
Receita Fiscal	23.9	23.4	22.9	25.0	1.1	7,363
Contribuições Seg. Social	10.2	10.8	10.9	10.8	0.6	1,676
Despesas	39.2	44.1	43.5	39.6	0.4	181
Despesas com pessoal	9.6	10.7	10.5	9.8	0.2	443
Transferências Correntes	17.1	19.8	19.4	17.6	0.5	-187
Aquisição Bens e Serviços	5.5	6.0	5.9	5.8	0.3	733
Juros	3.6	3.5	2.9	2.4	-1.2	-443
Investimento	1.9	2.2	2.6	2.4	0.5	53
Saldo Orçamental	1.6	-3.5	-2.9	3.0	1.4	9,945

Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

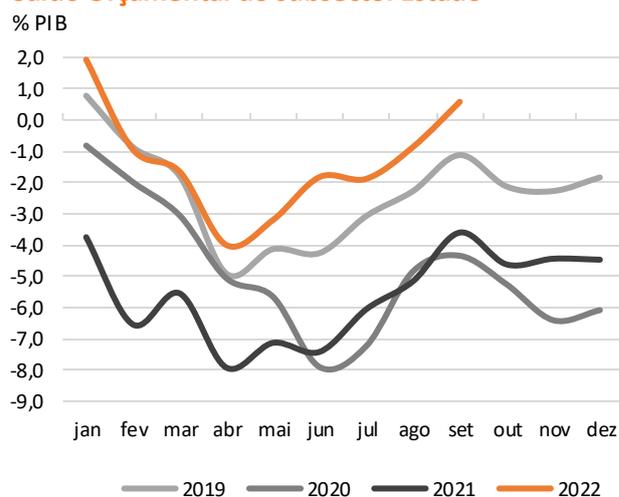
Saldo Orçamental por Subsectores

Saldo Orçamental das Administrações Públicas

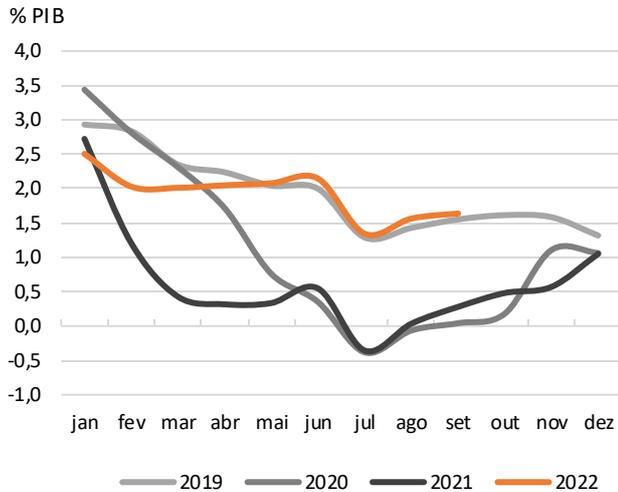


Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

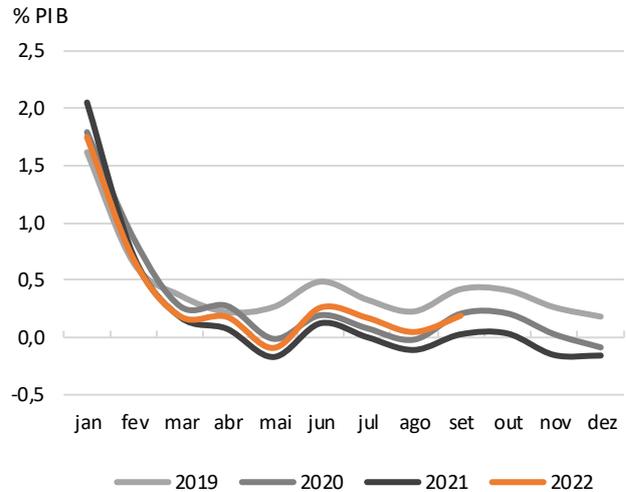
Saldo Orçamental do subsector Estado



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Segurança Social


Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Saldo Orçamental da Adm. Regional e Local


Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGO.

Banco BPI, SA - 2022

Vânia Duarte, BPI Research

e-mail: vania.patricia.duarte@bancobpi.pt

AVISO SOBRE A PUBLICAÇÃO “NOTA BREVE”

A “Nota breve” é uma publicação elaborada em conjunto pelo BPI Research (UEEF) e o CaixaBank Research, que contém informações e opiniões provenientes de fontes que consideramos fiáveis. Este documento possui um propósito meramente informativo, pelo qual o BPI e o CaixaBank não se responsabilizam em caso algum pelo uso que possa ser feito do mesmo. As opiniões e as estimativas são próprias do BPI e do CaixaBank e podem estar sujeitas a alterações sem prévio aviso.